

Lei que exige uso de Software Livre no Uruguai pode entrar em vigor definitivo ainda em 2014

Projeto de Lei de Formatos Abertos e Software Livre pela Administração Pública do Uruguai já foi aprovado pelo Senado e detalhes da conquista foram apresentados durante o FISL15

Enquanto o Brasil instaura o inédito Marco Civil da Internet, criando uma série de regulamentações para garantir a liberdade e segurança das informações que circulam na web, o vizinho Uruguai já conquistou a Lei dos Formatos Abertos e Software Livre pela Administração Pública. O conjunto de normas prevê um Estado que busca sempre a preferência pelos Softwares Livres em órgãos públicos, incluindo entidades educacionais. Este foi um dos temas em destaque no 15º Fórum Internacional Software Livre (FISL15), que acontece em Porto Alegre.

- Um país não é soberano se uma multinacional administra seus sistemas bancários, militares, educativos e de saúde. Pergunte a Snowden - afirma o palestrante e presidente do Centro de Estudos de Software Livre do Uruguai (Cesol), Ismael Castagneti Lacuesta, referindo-se a Edward Joseph Snowden, o analista de sistemas, ex-funcionário da CIA e ex-contratado da NSA, que tornou público detalhes de vários programas que constituem o sistema de vigilância global da NSA americana.

A construção desta Lei começou em 2003, quando aconteceu a primeira apresentação de Projeto de Lei referente a formatos abertos no Uruguai. Em 2006, o projeto foi reformulado, sendo transformado no Projeto de Lei de Formatos Abertos e Software Livre na Administração Pública. Entre 2005 e 2010, as normas foram alvo de discussões, porém, o Governo Federal uruguaio manifestava que não poderia aprovar nada referente ao tema, uma vez que não fazia parte do Plano de Governo daquela gestão. A partir de 2010, com o mandato de José Mujica, o objetivo final ganhou mais força, e as normas foram aprovadas pelo Senado em 2013. Porém, ainda falta regulamentar a Lei para colocar o texto em prática. As expectativas quanto ao próximo mandato não são boas, por isso os movimentos lutam para fazer isso acontecer ainda em 2014.

- A recomendação para conseguir conquistar uma Lei que regule o uso do Software Livre na administração pública do Brasil é usar influências de todos os lados. Estreitar contatos com entidades não-governamentais, sindicatos, universidades, entidades de educação em geral, e mostrar os verdadeiros benefícios que o Software Livre pode proporcionar aos seus interesses. Assim, é possível que a partir da conscientização, todos possam apoiar juntos. Essa é a única forma: através da vontade da sociedade - aponta Ismael.

O FISL ocorre de 7 a 10 de maio no Centro de Eventos da PUCRS, localizado na Avenida Ipiranga, nº 6681. A programação completa, outras informações e inscrições podem ser obtidos no site www.fisl.org.br.

Sobre o FISL

O Fórum Internacional Software Livre esteve sempre propondo os debates mais prementes sobre tecnologia e liberdade. O sucesso é resultado do trabalho, da colaboração e do envolvimento de milhares de pessoas que acreditam nas soluções tecnológicas e educacionais livres, no conhecimento como bem público e na força de tecnologias de informação como ferramentas de empoderamento para a democracia.

Assessoria de Imprensa

Fones: (51) 3361.6016 / (51) 8536.0690 / (51) 8536.0691

E-mail: playpress@playpress.com.br

Redação: Mariana da Rosa

Coordenação: Marcelo Matusiak

Material promocional do FISL e logotipo em alta resolução e vetorial:

<http://comunicacao.softwarelivre.org/fisl15>

Fotos em alta resolução da última edição do FISL:

<https://www.flickr.com/photos/fisl14>